





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Jequitaí

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Jequitaí

1. Sumário

A análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jequitaí considerou 45 critérios distribuídos entre os grupos temáticos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

Do total de 45 critérios avaliados, **19 foram atendidos e 26 não atendidos**, o que representa **42% de atendimento e 58% de não atendimento**. Esses números indicam que há uma presença parcial de informações públicas no portal, especialmente concentradas em áreas específicas, como Planejamento e Recursos Humanos, enquanto outras, como Obras, Prestação de Contas e Licitações, apresentam lacunas significativas.

O levantamento permite identificar que, embora existam esforços de divulgação, a transparência ativa ainda necessita de aprimoramentos para assegurar o pleno acesso às informações públicas, em conformidade com os princípios da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

2. Análise Detalhada por Grupo

No grupo **Receita**, o portal apresenta informações sobre a previsão e realização das receitas e a classificação orçamentária por natureza da receita, atendendo a dois dos três critérios avaliados. No entanto, não há divulgação da lista dos inscritos em dívida ativa, o que limita a transparência sobre a arrecadação municipal.

Em **Despesas**, observou-se o cumprimento dos critérios relativos à execução e detalhamento das despesas, incluindo a identificação dos beneficiários e dos procedimentos licitatórios de origem. Essa seção demonstra razoável detalhamento das informações sobre gastos públicos.

No grupo **Convênios e Transferências**, há divulgação das transferências recebidas e realizadas, com dados sobre valores, objetos e órgãos concedentes, mas não foram localizados registros de acordos firmados sem envolvimento financeiro.

Em **Recursos Humanos**, há divulgação da relação nominal de servidores e terceirizados, bem como da lista de estagiários. Contudo, faltam informações sobre remuneração individual, tabela de cargos e editais de concursos, aspectos essenciais para a transparência de pessoal.

No item **Diárias**, o portal disponibiliza dados sobre beneficiários e motivos dos afastamentos, mas não apresenta tabela com os valores das diárias vigentes, o que compromete a compreensão integral desses gastos.

O grupo **Licitações** apresenta apenas a relação básica dos processos licitatórios, sem disponibilizar editais, documentos complementares ou informações sobre dispensas e inexigibilidades. Também não há registro de atas de adesão ou do plano anual de contratações, totalizando não atendimento em seis dos sete critérios avaliados.

Em **Contratos**, há a publicação da relação dos contratos e aditivos celebrados, mas não são divulgados o inteiro teor dos documentos nem a relação dos fiscais responsáveis, tampouco as ordens cronológicas de pagamentos.

O grupo **Obras** apresenta um dos maiores déficits de transparência, sem informações sobre cronogramas, etapas, quantitativos contratados e executados, ou obras paralisadas, resultando no não atendimento de todos os quatro critérios previstos.

Em **Prestação de Contas**, não há publicação de relatórios e documentos essenciais, como o Balanço Geral, o Relatório de Gestão, o RGF e o RREO, nem os resultados de apreciação das contas pelos órgãos de controle. Todos os seis critérios deste grupo permanecem não atendidos.

O grupo **Planejamento** apresenta bom desempenho, com a divulgação do PPA, LDO e LOA, além de informações sobre os objetivos estratégicos e indicadores institucionais.

Por fim, em **Acessibilidade**, o portal oferece recursos como alto contraste, redimensionamento de texto, mapa do site e exibição do caminho de navegação,

embora não apresente o símbolo de acessibilidade em destaque, atendendo quatro dos cinco critérios dessa categoria.

3. Considerações e Recomendações

O diagnóstico realizado no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jequitaí evidencia avanços pontuais em algumas áreas, notadamente Planejamento e Acessibilidade. Entretanto, observa-se a necessidade de aperfeiçoar a divulgação de informações em setores cruciais para o controle social, como Licitações, Contratos, Obras e Prestação de Contas.

Recomenda-se que o município implemente um plano de melhoria da transparência ativa, priorizando a atualização e a ampliação do conteúdo disponível. É fundamental garantir a publicação integral dos editais, contratos e relatórios contábeis e fiscais, assegurando clareza e detalhamento das informações.

Sugere-se, ainda, a criação de um cronograma de atualização contínua do portal, com responsáveis definidos e prazos regulares para revisão de conteúdo, de modo a garantir conformidade com as legislações vigentes e fortalecer a credibilidade das ações municipais.

Por fim, o fortalecimento da transparência deve ser compreendido como uma ação estratégica de gestão pública, que favorece a participação social, amplia a confiança dos cidadãos e reforça o compromisso da administração municipal com a ética, a responsabilidade e a eficiência administrativa.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br